CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1030/86 - PROC. DRECAP-2 n° 1322/86
INTERESSADO : CARLOS ALBERTO VIEIRA ARAÚJO
ASSUNTO : Convalidação de atos escolares, anulados por força do Parecer CEE n° 2184/84 - Colégio Técnico "IBRATEC"/SP
RELATORA : Cons^a CECÍLIA VASCONCELLOS LACERDA GUARANÁ
PARECER CEE N° 748/87 - CEPG - APROVADO EM 25/03/87
Comunicado ao Pleno em 01/04/87

1. HISTÓRICO

A direção da Escola de 1° e 2° Grau "Monteiro Lobato"/SP, pelo Ofício n° 01/86, de 10/01/86, dirigido à 8ª Delegacia de Ensino da Capital, solicitou providências para regularização da vida escolar de Carlos Alberto Vieira Araújo, RG.11.696.264, nascido aos 16-03-58, em Serrolândia, BA.

A vida escolar do aluno pode ser analisada através dos seguintes elementos contidos às fls. 04 a 22, do Processo DRECAP-2 n° 1322/86.

ANO	TERMO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO		OBSERVAÇÕES
1978	5ª(1ªsem.)	Colégio Técnico "Ibratec"	SP	Aprovado
1979	6ª(2ªsem.)	Colégio "Salette"	"	Retido
1980	6ª(2ªsem.)	Curso Supletivo de 1ª e 2ª Graus "Monteiro Lobato"	"	Aprovado
1981	7ª(1ªsem.)	" " "	"	Aprovado
1981	8ª(2ªsem.)	" " "	"	Aprovado
2ª GRAU				
1982	1ª(sem.)	Curso Supletivo de 1ª e 2ª Graus "Monteiro Lobato"	"	Aprovado
1983	2ª(sem.)	" " "	"	Aprovado
1983	3ª(sem.)	" " "	"	Aprovado

A situação irregular, a ser apreciada pelo Colegiado, refere-se a mais um caso de aluno que cursou o Colégio Técnico "Ibratec" que nos termos do Parecer CEE 2184/84 teve declarado... "sem validade o certificado de conclusão de 1° e 2° graus ou documentos de transferência expedidos para outras escolas, no período de 1976, até a suspensão temporária das atividades, bem como eventuais documentos expedidos pela 5ª DE depois de lá ter sido recolhido o acervo". O referido aluno cursou, como demonstra o quadro, o 1° termo do Curso Supletivo, em 1978, no Colégio Técnico "Ibratec".

O Sr. Diretor da escola petionária, no seu ofício inicial sugeriu o encaminhamento dos autos à 5ª DE, através da 8ª DE, a que está jurisdicionado, a fim de se tentar solucionar a regularização de vida escolar do aluno, em nível de Delegacia de Ensino, e se isso não fosse pos-

sível, solicitou que o mesmo fosse remetido ao Conselho Estadual de Educação.

Anexou a essa solicitação (fls.2) o requerimento do aluno dirigido à 5ª DE, onde expõe sua situação, ou seja:

"... 2 - Por ocasião de sua matrícula na Escola de 1º e 2º Graus "Monteiro Lobato", apresentou guia de transferência expedida, em 1980, pelo Colégio "Salette";

3 - Ao final do Curso de 2º Grau, tomou conhecimento de que a 5ª série cursada no Colégio "Ibratec", segundo determinação do CEE (Processos 2321/83 e 0092/84 parecer 2184/84) deveria ser regularizada por meio de exames especiais.

4 - Considerando que o requerente, na época, se encontrava ausente da Capital, deixou de tomar conhecimento dessa exigência. Isto posto, solicito de VSa. seja o meu caso estudado pelos órgãos competentes da Secretaria da Educação e, se necessário, encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para fins de regularização de vida escolar".

O Sr. Supervisor de ensino da 8ª DE (às fls. 23 e 24) encaminhou o processo à 5ª DE, através da DRECAP-2, para que fosse encontrada uma solução satisfatória e, se necessário, encaminhado à apreciação do Conselho Estadual de Educação, pronunciando-se como segue:

"... Lamentamos o fato de que o aluno estivesse ausente da Capital, deixando de tomar conhecimento das exigências para o seu caso (justificativas do aluno fls. 02) e em nossa visita à Escola não pudemos perceber nenhum indício de má fé ou algo semelhante.

Em assim sendo e inclusive:

Considerando o empenho da direção da Escola de 1º e 2º Graus "Monteiro Lobato", em regularizar a vida escolar do aluno;

Considerando que o aluno, já com 20 anos, retomou aos estudos, em curso supletivo, em 1978;

Considerando que o aluno havia sido retido na 6ª série, em 1979, matriculou-se outra vez nesta série, alcançando promoção neste e em todas as séries posteriores, até a 3ª série do 2º grau, colocando-nos em dúvida quanto a defasagem que a 5ª série teria causado;

Considerando que o aluno não deve arcar com o ônus do qual não é responsável."

O Senhor Diretor da Divisão Regional de Ensino da Capital-2 informou às fls. 25 que...

A 5ª série cursada pelo aluno em decorrência do Parecer CEE 2184/84 foi nula e a relação nominal dos alunos que tiveram seus atos escolares, também, anulados, será publicada brevemente pela 5ª DE e dela consta o nome do interessado, conforme informações obtidas por nós junto àquela Delegacia de Ensino.

A situação de tais alunos deverá ser analisada, caso por caso, pelo CEE, conforme orientação passada à 5ª DE e em especial à Comissão de Supervisores de Ensino que cuida das providências relativas ao Colégio Técnico "Ibratec", conforme nos informou a Sra. Delegada de Ensino da 5ª DE" (grifos nossos).

Ao nível da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, foram enfatizadas duas soluções para situações distintas:

"1ª) a do Colégio Técnico "Ibratec" cujo 1º mantenedor era o Instituto Brasileiro de Tecnologia e Comunicações S/C Ltda, que funcionou na Praça Moraes Barros, 41, Brás e, posteriormente, na Rua Marajó, 157, sob a jurisdição da 5ª DE, DRECAP-2, até 1979. O Parecer CEE nº 2184/84 invalida os documentos advindos dessa escola, de 1976 a 1º-08-79.

2º) a do Colégio Técnico "Ibratec" - 2º mantenedor ou seja Massarico Pirollo Pereira e Gonçalves S/C Ltda, que funciona na Avenida Caetano Alvares, 4936, sob a jurisdição da 3ª DE, DRECAP-1 e que, por força do mesmo Parecer CEE nº 2184/84, diligencia a regularização da vida escolar dos alunos do 2º grau, através de exames especiais, estando com os demais cursos regularizados.

No caso presente, não há que se cogitar da exames especiais, pois o aluno cursou o Colégio Técnico "Ibratec" - na 1ª situação, em 1978". (Grifos nossos)

E, continuando sua análise,... "reitera sua preocupação expressa no Processo DRECAP-2, nº 6019/85, encaminhado ao Egrégio Conselho Estadual de Educação, em abril p.p., quanto ao destino dos alunos do Colégio Técnico "Ibratec" 5ª DRECAP-2.

Quer nos parecer que, se há casos de alunos que foram coniventes com atos escusos da administração dessa escola, quando do 1º mantenedor, haverá outros em que, como no caso presente, há evidentes indícios de terem sido apenas vítimas do sistema. Reforça essa tese o fato de este aluno ter estudado as demais séries do 1º grau e as do 2º grau em outra escola com bom desempenho, escola essa que se preocupa em regularizar sua vida escolar."

Os autos deram entrada neste Colegiado através do Gabinete do Sr. Secretário da Educação.

2- APRECIÇÃO

Versa o protocolado sobre o pedido de regularização de vida escolar do aluno Carlos Alberto Vieira Araújo, que cursou o 1º termo da Suplência II, em 1978, no Colégio Técnico "Ibratec".

Nos termos do Parecer CEE 2184/84, na sua Conclusão, foram declarados nulos os atos escolares praticados no Colégio Técnico "Ibratec", bem como os documentos de transferência expedidos para outras escolas, no período de 1976 até suspensão temporária das atividades... (1º/08/79).

A Assistência Técnica do CEE anexou ao Processo xerox do Diário Oficial de 08/08/86, página 07, que publicou relação nominal dos alunos que

tiveram "seus atos escolares anulados, onde consta o nome do interessado. Juntou, também, a legislação mencionada no processo e os Pareceres CEE nº 589/80, 458/83, 1866/83, 1900/84, 2184/84, 1189/86 e 951/86. O Parecer CEE 951/86, que trata do Mandado de Segurança - Recurso impetrado por Artur Brusi do Colégio Técnico "Ibratec" - Capital no item 2.2 da Apreciação e Conclusão diz o seguinte:

"Quanto aos demais alunos atingidos pelo Parecer CEE nº 2184/84, sempre que requererem, poderá a 5ª Delegacia de Ensino proceder à análise de seus casos, expedindo a documentação quando julgar conveniente, ou, ainda, recorrendo a este órgão, na ocorrência de situações excepcionais."

Esta pode ser considerada uma situação excepcional a ser julgada pelo Conselho, uma vez que a ocorrência se deu na 5ª série, em 1978, e o aluno já cursou as demais séries do 1º grau, devendo já ter concluído o 2º grau.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, convalida-se a matrícula de CARLOS ALBERTO VIEIRA ARAÚJO na 6ª série do 1º grau do Colégio "Salette", São Paulo, em 1979, ficando regularizados os atos escolares posteriormente praticados decorrentes dessa matrícula.

São Paulo, 16 de março de 1987.

a) Cons^a Cecília Vasconcellos L. Guaraná
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Anna Maria Q. Brant de Carvalho, Cecília Vasconcellos L. Guaraná, Celso de Rui Beisiegel, Luiz Antônio de S. Amaral, Silvia Carlos da S. Pimentel e Maria Auxiliadora A.P. Ravelli.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 25 de março de 1987.

a) Cons^o LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA AMARAL
PRESIDENTE